

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

**O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, EXAROU NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI, NA DATA DE 19/09/2023, A SEGUINTE DECISÃO:**

**SEI Nº 00029206-24.2023.8.17.8017**

**INTERESSADA: Exma. Sra. Juíza de Direito Maria Valéria Silva Santos de Melo**

**ASSUNTO:** Abono de Permanência

#### **Decisão**

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Exma. Sra. Juíza de Direito Maria Valéria Silva Santos de Melo, inscrita nos assentos funcionais sob a matrícula nº 176.825-5, em que requer a **concessão do abono de permanência a partir de 26/08/2023** (ID 2202339).

Foi expedida Certidão de Tempo de Serviço pela Secretaria Judiciária (Id 2247077).

Após a análise da matéria, a Consultoria Jurídica exarou o Parecer de Id 2258367, opinando pela concessão do benefício em referência, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005, uma vez que o marco temporal para a concessão da aposentadoria e, via de consequência, do abono de permanência foi atingido em **26/08/2023**, sendo esta data o norte do direito em questão.

Ao tempo em que aprovo, por seus próprios e jurídicos fundamentos, o Parecer da Consultoria Jurídica, acolho a proposição nele contida para **deferir** o pedido para os fins e nos limites do supracitado opinativo.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 19 de setembro de 2023.

**Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

## **Comissão do Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Substituto**

**PODER JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

### **EDITAL Nº 001/2022 – PROGRAMA ESPECÍFICO DA PROVA ORAL E COMISSÃO EXAMINADORA**

O Presidente da Comissão do Concurso Público, Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves, em observância ao disposto no subitem 14.2 do Edital nº 001/2022-TJPE (Edital de Abertura), torna público o conteúdo programático específico da prova oral, assim como a Comissão Examinadora.

#### **COMISSÃO EXAMINADORA**

- Desembargadora Andréa Cunha Esmeraldo

- Desembargador André Gustavo Corrêa de Andrade
- Desembargador Guilherme Couto de Castro
- Desembargadora Teresa de Andrade Castro Neves
- Desembargador Ricardo Couto de Castro – suplente
- Juiz Vlamir Costa Magalhães – suplente
- Juiz Fábio César dos Santos Oliveira – suplente

## PROGRAMA ESPECÍFICO DA PROVA ORAL

### Ponto 1

Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Direitos da personalidade. Desconsideração da personalidade jurídica. Do domicílio.

- Da ação. Natureza jurídica. Princípios. Elementos identificadores. Condições. Legitimação. Classificação. Métodos alternativos de solução de litígios. Ação popular. Execução contra Fazenda Pública.
- Princípios e conceitos gerais do Código de Defesa do Consumidor e campo de aplicação. Código Civil e CODECON. Pontos de divergência e convergência. Valores e princípios que regem os direitos das crianças e dos adolescentes. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- Finalidades do Direito Penal. Justiça Criminal Consensual. Princípio da reserva legal. Do Crime. Execução Penal. - Princípios Fundamentais do Processo Penal. Lei nº 9.099/95 – Juizados Especiais. Lei nº 7.210/84 – Execução Penal. - Poder constituinte originário, derivado e decorrente.
- Princípios de direito eleitoral.
- O Direito de empresa no Código Civil. Perfis da empresa. Limites ao exercício da empresa. Títulos de crédito. Características e atributos. Classificação. Sociedades. Propriedade industrial.
- Poder de tributar e competência tributária. Imposto sobre serviços de qualquer natureza – perfil do tributo.
- Função administrativa. Atos administrativos. Princípios reitores da Administração. Servidores públicos.
- A Constituição e o Meio Ambiente. Ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental.
- Direitos e deveres funcionais da magistratura.

### Ponto 2

Locação em geral. Locação e Lei nº 8.245/90. Do comodato e do mútuo. Da prestação de serviço. Da empreitada.

Normas processuais civis. Aplicação da lei processual civil no tempo e no espaço. Direito Processual Constitucional. Ações Constitucionais.

Consumidor e fornecedor. Conceitos e correntes. Boa fé objetiva dentro da sociedade de consumo. Teorias. Do princípio da informação. - Dos Direitos Fundamentais. Direito à vida. Proteção do nascituro. Direito à educação e cultura. Direito à saúde. Direito à inclusão. Crimes e infrações contra crianças e adolescentes. Aspectos: Constitucional, Legal e jurisprudencial.

Ação Coletiva. Condições e Pressupostos. - Aplicação da lei penal. Concurso de pessoas. Autoria e participação. Da organização criminosa. - Lei processual no espaço e no tempo. Interpretação da lei processual penal. Lei nº 12.850/13 – Organização Criminosa.

Organização do Estado Brasileiro. Partidos políticos.

- Sociedades empresárias. Tipos. Elementos. Classificação. Títulos de crédito. - Competência tributária estadual. Processo judicial tributário: medidas cautelares. Dívida ativa. - Poderes Administrativos. Poder Regulamentar, Disciplinar, Hierárquico e de Polícia.

Desapropriação. Imposição de restrições e limitações à propriedade.

Federalismo e Meio Ambiente. Sistemas de competência dos Entes Federados.

- Sistemas de controle interno do Poder Judiciário. Corregedorias. Conselho Nacional de Justiça.

### Ponto 3

Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. Da prescrição e decadência.

Da prova. - Do litisconsórcio e da Assistência, do Ministério Público e as Modalidades de Intervenção de Terceiros. Ação por ato de improbidade administrativa. Competência: organização e Divisão Judiciárias do Estado de Pernambuco.

- Relações de Consumo. Contratos de longa duração. Vulnerabilidade. Características e diferenciações. - Do Poder Familiar. Direitos. Deveres. Parentesco. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial. - Legitimidade para a Ação Coletiva. - Do Crime. Excludentes de ilicitude e de culpabilidade. Consentimento do ofendido. Medidas de segurança. Ação Penal. - Investigação Criminal. Lei nº 9.296/96 – Interceptação Telefônica. Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e Adolescente.

- Os mecanismos de participação do cidadão, do povo e da sociedade na vida política e administrativa brasileira dispostos na Constituição Federal de 1988. - Elegibilidade.

- Sociedades por ações. Espécies. Sociedade Anônima. Características. Falência e Recuperação de empresas. - Princípios tributários da legalidade e seletividade. Competência tributária municipal.

Serviços Públicos. Delegação: concessão, permissão e autorização. Extinção dos atos administrativos. Responsabilidade civil da administração. Princípios constitucionais ambientais. Princípio da solidariedade intergeracional. Princípio do desenvolvimento sustentável. Princípio do poluidor-pagador. Princípio da função socioambiental da propriedade. Princípio da prevenção. Princípio da precaução. Princípio da participação. Princípio da informação ambiental. Princípio da ubiquidade. Princípio da moralidade e o meio ambiente. Princípios ambientais implícitos.

- Direito da antidiscriminação. Racismo, sexismo, intolerância religiosa.

#### Ponto 4

- Responsabilidade civil. Pressupostos. Causalidade. Responsabilidade objetiva e responsabilidade subjetiva. Dano material. Dano moral. Indenização.

- Competência. Das causas de modificações da competência. Conexão, continência e prevenção. Poderes e deveres do Juiz. Causas de impedimento e suspeição. Mandado de segurança. Execução de obrigação pecuniária: fase expropriatória.

- Fato e vício do produto e do serviço. Responsabilidade do fornecedor. Prescrição e decadência.

- Da família substituta. Adoção, guarda e tutela. Abrigo e alternativas ao acolhimento familiar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.

- Ação civil pública e seu objeto.

- Crimes contra a pessoa. Elemento subjetivo. Erro de tipo e erro de proibição. Extinção da punibilidade.

- Princípios fundamentais do Processo Penal. Sentença penal. Procedimento especial do Tribunal do Júri.

- Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais em relação à Constituição da República Federativa do Brasil.

- Ação de impugnação de registro de candidatura.

- Falência. Princípios. Pressupostos. Caracterização. Efeitos. Acordo de acionistas. Acionista controlador. Abuso do poder de controle. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas. Títulos de crédito.

- Princípio da irretroatividade e da anterioridade da lei tributária. Processo administrativo tributário.

- Descentralização administrativa. Outorga. Administração Indireta.

- Deveres genéricos e específicos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Competências administrativa, legislativa e jurisdicional em matéria ambiental.

- Transformação digital do direito. LGPD e proteção de dados.

#### Ponto 5

- Do direito das obrigações. Modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações.

- Atos processuais. Comunicação dos atos processuais. Forma dos atos processuais e sua validade. Formação, suspensão e extinção do processo. Fase de cumprimento de sentença. Execução de obrigação de fazer e não fazer.

- Cláusulas e práticas comerciais abusivas, interpretação e abrangência. Oferta e publicidade. Revisão contratual.

- A Justiça da Infância e Adolescência. Ato infracional. Medidas e garantias.

Prevenções. Formas de controle, inclusive perante as entidades de atendimento. O Conselho Tutelar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.

- Sentença e Coisa Julgada nas Ações Coletivas.

- Crimes contra a administração pública. Crimes de licitações. Concurso de pessoas. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.

- Sentença penal. Efeitos da condenação. Jurisdição. Competência criminal. Nulidades.

- Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais em relação às Constituições Estaduais.

- Eleitoral: abuso de poder econômico e político.

- Efeitos jurídicos da sentença de falência. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. Modalidades de dissolução e de liquidação. Sociedades Empresárias.

- Princípios tributários de vedação ao confisco e da livre circulação. Imposto sobre a transmissão causa mortis e sobre doações. Precatórios nas relações tributárias.

- Agências Reguladoras. Intervenção do Estado na propriedade.

- A comunidade e a tutela do ambiente. Política Nacional de Educação Ambiental. Participação popular na política pública ambiental. Participação popular na administração, no Parlamento e no Judiciário.

- O Código de Ética da Magistratura.

#### Ponto 6

- Dos contratos em geral. Do depósito. Do mandato. Da corretagem. Do transporte. Do seguro. Da fiança.
- Processo e procedimento. Das provas. Arguição de falsidade. Ação por ato de improbidade administrativa. Tutela de urgência e tutela de evidência. Execução de obrigação de dar.
- Desconsideração da personalidade na Lei nº 8.078/90. Semelhanças e/ou diferenciações entre as disposições do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil. Publicidade no Código de Defesa do Consumidor
- Valores e princípios que regem os direitos das crianças e dos adolescentes.
- Trilogia da proteção integral. Aspectos: constitucional, legal e jurisprudencial.
- Dano moral coletivo.
- Concurso de crimes. Extinção da punibilidade. Crimes contra o patrimônio.
- Princípios Fundamentais do Processo Penal. Prova Penal. Ação penal e comunicação dos atos Processuais.
- Arguição de inconstitucionalidade no Estado de Pernambuco.
- Financiamento de campanha eleitoral. Propaganda político-eleitoral.
- Sociedades. Títulos de Crédito. Características. Requisitos essenciais. Recuperação de empresas. Propriedade Industrial.
- Princípio da igualdade tributária e subprincípios derivados. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores. Certidões negativas.
- Controle da Administração. Controle interno e controle externo. Tribunais de Contas.
- Responsabilidade Administrativa Ambiental. Responsabilidade Civil e responsabilidade Penal Ambiental. Dano e reparação.
- Independência do Juiz. Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco.

#### Ponto 7

- Da compra e venda. Da venda com reserva de domínio. Da doação. Arrendamento Mercantil.
- Da sentença e da coisa julgada. Efeitos da sentença e da coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Ação rescisória. Reclamação. Liquidação de Sentença e Execução nas ações coletivas. Legitimidade.
- Teorias de confiança, da vontade e da declaração. Aplicação aos contratos de consumo. Termo de ajustamento de conduta e convenção coletiva de consumo.
- Dos Direitos Fundamentais. Direito à vida. Proteção do nascituro. Direito à educação e cultura. Direito à saúde. Direito à inclusão. Crimes e infrações contra crianças e - Prisão – Medidas cautelares e liberdade provisória. Nulidades. Lei nº 11.340/06 - Maria da Penha
- Processo legislativo e espécies normativas.
- Princípios Fundamentais do Direito Penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Dos crimes contra a fé pública. Execução penal. Reforma do Processo Penal (Pacto Anticrime – Lei nº 13.964/2019)
- Justiça Eleitoral. Juízes, Tribunal Regional e Tribunal Superior.
- Ineficácia dos atos praticados pelo devedor antes da falência. Atos revogáveis. Ação Revocatória. Regência supletiva pelas normas da sociedade simples. Aplicação das normas da sociedade anônima à sociedade limitada. Promissória. Letra de Câmbio. Duplicata. Sociedades.
- Limitações ao poder de tributar. Princípio da capacidade contributiva e seus corolários. ICMS.
- Garantias dos administrados. Exercício administrativo e exercício judicial: mandado de segurança, ação popular, habeas data e mandado de injunção.
- Patrimônio ambiental natural. Ar, Água, Solo, Flora, Fauna, Patrimônio ambiental cultural. Patrimônio ambiental artificial. Patrimônio genético, biotecnologia e biossegurança.
- Estatuto da Magistratura Nacional.

#### Ponto 8

- Do condomínio. Do condomínio edilício. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária.
- Execução de título extrajudicial. Ação Anulatória. Ação Rescisória. *Querela nullitatis*. Coisa julgada nas ações coletivas.
- Superendividamento. Defesa do consumidor em juízo. Prova. Inversão do ônus probatório. Ações coletivas no Código de Defesa do Consumidor.
- Do Poder Familiar. Direitos. Deveres. Parentesco. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
- O Papel do Ministério Público na Tutela Coletiva. Inquérito Civil
- Juizados Especiais Criminais. Das penas. Medidas despenalizadoras. Lei nº 11.343/06. Teoria das Circunstâncias.
- Sentença penal. Dosimetria. Sujeitos do processo.

- Direitos humanos.
- Recurso contra expedição de diploma.
- Dos efeitos jurídicos da sentença de falência. Habilitação, verificação e classificação dos créditos. Créditos não sujeitos à habilitação. Habilitação retardatária. Quadro geral de credores. A responsabilidade do sócio que se retira ou é excluído. Apuração de haveres. Cheque. Endosso e aval. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas.
- Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. Processo judicial tributário.
- Ação de improbidade. Ação civil pública. Princípios administrativos. Agentes públicos.
- Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. EIA/RIMA.
- Infrações por parte de magistrado. Sanções.

#### **Ponto 9**

- Dos atos unilaterais. Da promessa de recompensa. Do pagamento indevido. Do enriquecimento sem causa. Estatuto da pessoa com deficiência.
- Da liquidação de sentença. Execução. Da impugnação e dos embargos à execução. Espécies de execução. Do precatório.
- Direito do consumidor: disposições gerais. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos.
- Da família substituta. Adoção, guarda e tutela. Abrigo e alternativas ao acolhimento familiar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
- A Tutela do Meio Ambiente.
- Das Penas. Medidas de segurança. Crimes contra a dignidade sexual.
- Procedimento comum e ordinário. Lei nº 11.343/06 – Drogas. Questões e processos incidentes. Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996).
- Direitos fundamentais explícitos e implícitos. - AIJE por abuso de poder.
- A liquidação na falência. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido. Sociedade. Propriedade Industrial.
- Vigência e aplicação da lei tributária. Execução fiscal.
- Responsabilidade civil do Estado. Intervenção no domínio econômico. Previdência social. Proventos. Pensão.
- Poluição da água. Poluição Atmosférica. Poluição Visual. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por atividades nucleares. Agrotóxicos.
- O magistrado diante de precedentes, estabilidade da jurisprudência e da segurança jurídica.

#### **Ponto 10**

- Usufruto, uso e habitação. Direito de superfície. Loteamento. Incorporação imobiliária.
- Dos recursos. Incidentes de uniformização de jurisprudência e criação de precedentes. Incidente de declaração de inconstitucionalidade. A tutela coletiva do consumidor.
- Fato e vício do produto e do serviço. Responsabilidade do fornecedor. Prescrição e decadência.
- A Justiça da Infância e Adolescência. Ato infracional. Medidas e garantias. Prevenções. Formas de controle, inclusive perante as entidades de atendimento. O Conselho Tutelar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
- Crimes contra a dignidade sexual. Elemento subjetivo. Aplicação da lei penal. Medidas de segurança.
- Sentença Penal. Lei nº 11.343/06 – Drogas. Prova Penal.
- Garantias ativas e passivas dos direitos fundamentais.
- Eleitoral – inelegibilidades.
- Recuperação judicial da empresa. Títulos de Crédito. Sociedades. Falência. Propriedade Industrial.
- Imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis. Execução contra a Fazenda Pública.
- Procedimento administrativo. Prescrição e decadência. Autotutela. Atos nulos e atos anuláveis. Sanatória.
- Responsabilidade Ambiental. Sanções ambientais. Lei Federal 9.605/98.
- Equidade, direito e moral.

#### **Ponto 11**

- Direito do idoso. Direito autoral. Registros Públicos.
- Da tutela cautelar. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária e contenciosa. Ação de Consignação em pagamento. Ação de depósito e ação de prestação de contas.
- Teorias da confiança, da vontade e da declaração. Proteção do Consumidor dentro e fora da Lei nº 8.078/90. Reflexos nas relações contratuais. Diferenciações entre as disposições do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil.
- Valores e princípios que regem os direitos das crianças e dos adolescentes.
- Trilogia da proteção integral. Aspectos: constitucional, legal e jurisprudencial.
- A Tutela Coletiva de Urgência
- Princípios Fundamentais do Direito Penal. Concurso de crimes. Juizados Especiais Criminais. Lei nº 11.343/06.
- Competência criminal. Recursos. Ações autônomas de impugnação. Lei nº 11.340/06 – Maria da Penha.
- Direitos da cidadania. Ação por captação ilícita de sufrágio.
- Recuperação judicial e extrajudicial. Concorrência desleal. Duplicata mercantil. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas. Sociedades.
- Obrigação tributária: sujeição ativa e passiva. ICMS - não-cumulatividade. Conflito ICMS x ISS.
- Classificação dos cargos públicos. Transformação e extinção. Criação de cargos.
- Atos punitivos. Processo e regime disciplinar do servidor público. Princípios reitores. Responsabilidade civil do agente público.
- Ética Ambiental. Fundamento constitucional. Ecologia ou Antropologia. Estado Constitucional Ecológico. A Ética e o ambiente natural, cultural e artificial. A ética ambiental e o Estatuto da Cidade.
- Estatuto da Magistratura Nacional.

## Ponto 12

- Do direito das coisas. Da posse. Da propriedade. A garantia do direito de propriedade em relação com sua função social e ambiental. Dos direitos de vizinhança.
- Ações possessórias. Ação de nunciação de obra nova. Ação de usucapião. Do inventário e partilha. Ação de busca e apreensão de bens dados em alienação fiduciária. Ações no âmbito do Direito de Família.
- Cláusulas e práticas abusivas. Práticas abusivas comerciais e produtivas. Mecanismos para seu reconhecimento.
- Dos Direitos Fundamentais. Direito à vida. Proteção do nascituro. Direito à educação e cultura. Direito à saúde. Direito à inclusão. Crimes e infrações contra crianças e adolescentes. Aspectos: Constitucional, Legal e jurisprudencial.
- A Tutela de bens de direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- Execução Penal. Do Inquérito Policial. Ação Penal. Da organização criminosa.
- Princípios fundamentais do Processo Penal. Recursos. Ações autônomas de impugnação.
- Intervenção Federal e intervenção Estadual.
- Eleitoral. Ação por conduta vedada a agentes públicos.
- Contrato de transporte. Propriedade Industrial. Sociedades. Títulos de Crédito.
- Responsabilidade tributária dos sucessores e de terceiros por infrações. Execução fiscal: defesa do executado e de terceiro. Exceções na execução fiscal.
- Limitações e restrições administrativas. Bens públicos. Características. Espécies. Formas de uso. Uso de bem público por particulares. Alienação.
- Tutela Extrajudicial do Meio Ambiente. Tutela judicial do Meio Ambiente: ação civil pública, ação popular, ação objetivando obrigação de não fazer ou demolitória. Mandado de Segurança Coletivo. Mandado de Injunção Ambiental. Prescrição.
- Relacionamento do magistrado com a sociedade e com a mídia.

## Ponto 13

- Das servidões. Do compromisso de compra e venda. Garantias de dívidas: penhor e hipoteca.
- Embargos de terceiros. Ação monitória. Ação de alimentos. Arbitragem. Sistema do Juizado Especial Cível – princípios informadores.
- Vantagem manifestamente excessiva. Conceituação. Parâmetros. Reflexos em sistema de contratação massificada. Valoração e aferição.
- Do Poder Familiar. Direitos. Deveres. Parentesco. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
- Tutela coletiva e responsabilidade civil.
- Legalidade e reserva legal no direito penal. Crime Lei nº 11.343/06. Juizados Especiais Criminais. Prisão – Medidas cautelares e liberdade provisória. Lei nº 9.099/95 – Lei nº 11.340/06 – Maria da Penha. Crimes na Lei n. 10.741/03 e na Lei n. 8.069/90.
- Princípios constitucionais da Administração Pública.

- Ação de impugnação de mandato eletivo.
- Sociedade limitada. Conhecimento de frete ou de transporte. Títulos de Crédito. Falência e Recuperação de empresas.
- Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Garantias e privilégios da Fazenda Pública. Taxa judiciária, custas e emolumentos.
- Improbidade administrativa. Advento da Lei nº 14.230/21.
- Política Ambiental e Urbanismo.
- O conceito de Justiça.

#### **Ponto 14**

- Do direito de família. Da eficácia do casamento. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Da proteção da pessoa dos filhos. Das relações de parentesco. Da filiação. Do reconhecimento dos filhos. Do poder familiar: disposições gerais, exercício, suspensão e extinção. Do regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. União estável.
- Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública. Competência. O sistema recursal. Acesso aos Tribunais Superiores. Coisa julgada e formas de impugnação. Reclamação.
- Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil. Vantagem manifestamente excessiva. Lesão. Nulidade. Anulabilidade. Reflexos contratuais.
- Da família substituta. Adoção, guarda e tutela. Abrigo e alternativas ao acolhimento familiar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
- A Tutela da honra e da dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos.
- Das Penas. Crimes contra o patrimônio. Extinção da punibilidade.
- Sentença penal. Prova. Procedimento comum, ordinário, comum sumário e procedimentos especiais.
- Princípios constitucionais da ordem econômica.
- Inelegibilidades constitucionais.
- Dissolução, liquidação e extinção da sociedade. Doutrina da desconsideração da pessoa jurídica. Conhecimento de depósito e warrant. Títulos de Crédito. Sociedade Anônima.
- Conflito IPTU x ITR. Processo judicial tributário: mandado de segurança. Decadência e prescrição do crédito tributário.
- Atos administrativos. Contratos administrativos.
- Política ambiental na Constituição Federal
- Carreira da magistratura. Ingresso. Promoção. Remoção.

#### **Ponto 15**

- Do direito das Sucessões. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Do inventário e da partilha.
- Procedimentos especiais não previstos no CPC. Ações locatícias. Ação de desapropriação. Execução Fiscal. Processo de conhecimento: fase de saneamento.
- Proteção contratual no Código de Defesa do Consumidor. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão.
- A Justiça da Infância e Adolescência. Ato infracional. Medidas e garantias. Prevenções. Formas de controle, inclusive perante as entidades de atendimento. O Conselho Tutelar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
- Tutela coletiva da ordem econômica, urbanística e para defesa do patrimônio público e social.
- Do crime. Crimes contra a pessoa. Medidas de segurança. Extinção da punibilidade.
- Prisão – Medidas cautelares e liberdade provisória. Questões e processos incidentes. Sentença penal – Recursos.
- Organização do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988.
- Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.
- Sociedade Anônima. Processo Falimentar. Títulos de Crédito. Propriedade Industrial.
- Isenções, não-incidência, alíquota zero, imunidades. Processo judicial tributário: repetição do indébito e compensação.
- Atos vinculados e discricionários. Controle externo pelo Judiciário. Mérito. Controle de políticas públicas.
- Natureza pública da proteção ambiental. Tratados Internacionais sobre tema ambiental.

- Atuação do Judiciário como Poder Político.

Recife, 19 de setembro de 2023.

**Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves**

Presidente da Comissão do Concurso